

Interdições da palavra

Mary Julia Martins Dietzsch

...Talvez Che Huang-ti tenha amuralhado o império porque sabia que este era precário e destruído os livros por entender que eram livros sagrados, ou seja, livros que ensinam o que ensina o universo inteiro ou a consciência de cada homem. Talvez o incêndio das bibliotecas e a edificação da muralha sejam operações que de modo secreto se anulam.

J. L. Borges

O homem resistiu às forças da natureza e divinas que confundiam seu espírito com o poder da palavra. Narrou para resistir à sua própria ignorância, para lutar contra o esquecimento, para sobreviver em um mundo hostil. Narrou para resistir à tirania de outros homens. Fez da narrativa um instrumento de luta para não se deixar sucumbir a qualquer tipo de força que poderia limitar a sua liberdade de pensar e de imaginar. Buscou ainda na arte de contar um refúgio para a convivência com outros homens e consigo próprio.

Foi com a palavra cantada que na Grécia arcaica – sociedade ainda sem a escrita – o poeta livrava alguns homens do esquecimento. Concedia-lhes, com seu louvor, uma memória. Na trajetória da humanidade, a escrita é o caminho que segue o homem moderno, em sua luta para não se deixar dobrar ao próprio esquecimento. Aspira continuar, mesmo depois da morte, na história das novas gerações. À indagação sobre o passado, no relato do presente, com olhos voltados para o futuro, desvela a memória humana. A memória, a mais épica de todas as faculdades (Benjamin, 1985).

Todavia, se o homem fez da linguagem a sua natureza, da memória a sua aliada, paradoxalmente, em diferentes momentos, alguns deles lutaram contra a palavra e quiseram vencê-la pela imposição do silêncio. A História registra inúmeros fatos e golpes que, subordinados à tirania e na tentativa de fixar tempos, impérios e governos, pretenderam testar a palavra em sua resistência. Neste sentido, diferentes mecanismos de interdição e de punição foram e continuam a

ser arquitetados na tentativa de silenciar o homem, tirando de circulação a sua palavra. A mesma palavra que faz do registro dessas ações de violência um dos seus espaços de força.

As relações entre sociedade e literatura é assunto delicado, concebe Marisa Lajolo (1997). Tais relações manifestam-se, em diferentes épocas, sob a forma de gerenciamento da literatura: seja pela obrigatoriedade ou pela proibição de obras consideradas de interesse ou prejudiciais, pelos grupos com o poder para controlar a leitura em diferentes lugares sociais.

No ensaio "A muralha e os livros" (2000), Jorge Luis Borges conta que o primeiro Imperador responsável pela edificação da infinita muralha chinesa foi o mesmo homem que ordenou a queima de todos os livros anteriores a ele. Edificou a muralha como defesa e queimou os livros porque eram invocados para louvar os imperadores que o antecederam. Che-Huang-ti, segundo os historiadores, proibiu qualquer menção à morte, procurou o elixir da imortalidade e pretendia que a história começasse com ele.

Tais fatos, segundo Borges, indicam que a muralha no espaço e a queima dos livros no tempo foram barreiras destinadas a deterem a morte e sugere ainda que talvez a muralha fosse um desafio para Che-Huang-ti, temeroso do amor que têm os homens pelo passado. Amor contra o qual nem ele mesmo, o Imperador, ou seus carrascos poderiam enfrentar. E quem sabe se um dia não surgiria um homem que destruiria sua muralha, como ele destruiu os livros, apagando sua memória para dele tornar-se a sombra e o espelho? Conta-se ainda que os súditos que esconderam livros, na tentativa de livrá-los da fogueira, foram marcados com ferro candente e condenados a construir a muralha até a morte.

Na discussão a respeito das interdições da escrita, um dos nomes que surgem é o de Platão. Há mesmo quem afirme que o início da censura teve no filósofo o seu mentor. Inventor do diálogo como uma forma de pensar e de aprender, Platão utilizou-se da escrita de modo extensivo e com mestria. Entretanto, pelo menos em três de seus trabalhos – no *Fedro*, na *Carta Sétima* e na *República* – faz sérios questionamentos à escrita e às artes, não obstante seja visto como o primeiro filósofo escritor.

Considerado por alguns como o arquinimigo das artes (Pessanha, 1997), Platão expulsou da *cidade-Ideal* os poetas e os dramaturgos, por considerá-los nocivos à sociedade e à cidade. Na *República*, diálogo elaborado no período de

maturidade do filósofo, esse mal social é claramente explicitado. Delineia-se no texto uma proposta de reforma da Polis, com a substituição da *cidade-real* pela *cidade-Ideal*, na qual a filosofia – ciência política – tomaria o espaço do pensamento mítico/sofístico.¹ O programa educacional previsto para a *cidade-Ideal* delibera sobre a disciplina da produção poética e prevê a expulsão honrosa do poeta que ousar transgredi-la, como se escreve no *Livro III* (398 a) da *República* (2000):

Nessas condições, se viesse à nossa cidade algum indivíduo dotado da habilidade de assumir várias formas e de imitar todas as coisas, e se propusesse a fazer uma demonstração pessoal com seu poema, nós o reverenciáramos como a um ser sagrado admirável e divertido, mas lhe diríamos que em nossa cidade não há ninguém como ele nem é conveniente haver; e depois de ungir-lhe a cabeça com mirra e de adorná-lo com fitas de lã, o poríamos no rumo de qualquer outra cidade. Para nosso uso teremos que recorrer a um poeta ou contador de histórias mais austero e menos divertido, que corresponda aos nossos desígnios...

O fragmento revela que será expulso da Cidade um determinado tipo de poeta, ou seja, aquele que não obedeça aos preceitos propostos para a educação dos soldados, grupo de especial relevância social e política para os seus idealizadores. A expressão “mais austero e menos divertido” sugere que a poesia não deveria apenas agradar e persuadir, mas ter um caráter educativo a partir de uma visão efetiva da realidade.

Continuando com a discussão sobre o papel do poeta e da poesia, no *Livro X* (595b-600e) da *República*, Homero é nominalmente citado:

O certo é que também sob muitos aspectos a cidade por nós fundada é a melhor possível, o que afirmo com vistas, principalmente, ao que dissemos a respeito da poesia (...) Não aceitar, de maneira alguma, quanto nela for imitação (...) Para falar-vos à pureza, pois decerto não ireis denunciar-me aos poetas trágicos e aos demais cultivadores da poesia imitativa, o que me parece é que todas essas composições corrompem o claro entendimento dos ouvintes, a menos que estes disponham do antídoto adequado: o conhecimento de sua verdadeira natureza.

1 Política em Platão é ciência política ou sabedoria política, ou seja, ação política fundamentada na filosofia, em oposição à política baseada na retórica que se apóia na manipulação do discurso.

Sendo assim, firmemos desde logo este ponto: todos os poetas, a começar por Homero, não passam de imitadores de simulacros da virtude e de tudo o mais que constituiu objeto de suas composições, sem nunca atingirem a verdade.²

A leitura do texto platônico, descolada da realidade em que foi escrito, pode levar a distorções pouco reveladoras do seu sentido mais profundo. Os poetas Hesíodo e Homero representam a fase mítica da cultura grega, Homero sendo considerado o educador, por excelência, na Grécia antiga. A crítica de Platão volta-se para a paidéia homérica; propõe a substituição da paidéia tradicional, de natureza mítica – mediada pela poesia –, pela paidéia nova, de origem/natureza racional, mediada pela filosofia. Platão pretendia a prevalência do pensamento filosófico em detrimento das formas míticas de pensar e de ver o mundo.

Com o afastamento do poeta da *cidade-Ideal* rejeita-se uma educação que se firmava na poesia, tal como era entendida na época, e numa visão mítica da realidade. Em seu lugar estaria a *cidade-construção da Paidéia grega* que, ultrapassando o *mythos* em favor do *logos*, iria se apoiar na Filosofia, significando a busca infinita da verdade, tendo como princípio a razão. Platão entendia que a poesia homérica, como interpretada pelos *aedos*, não se sustentava em princípios racionais, pois tinha na *Musa* a fonte de sua inspiração, o real sendo explicado a partir do irreal e do “mito”. À luz de tais fatos, parece, portanto, inteligível a idéia de retirar o poeta, e o que ele significava, da *cidade-Ideal*.

Assim, antes de se firmar em uma leitura apressada, faz-se importante uma distinção entre a relação de Platão com a arte. O filósofo tece acusações não apenas à literatura, mas à arte de modo geral. Entretanto, tais acusações não se dirigem, simplesmente, à arte como arte, mas às obras que se afastavam da beleza e, com o intuito de seduzir, interferiam negativamente nos valores pretendidos. A arte verdadeira seria aquela que se contempla pelo prazer de contemplar, sem qualquer compromisso com o prestígio e a bajulação. Platão condena a ilusão que afasta o homem da realidade e o acorrenta ao fundo da *caverna*: o que está em discussão, em seu sentido mais amplo, é a própria idéia de conhecimento.

Segundo a proposta platônica, a arte, qualquer que seja, produz cópias da realidade e a realidade já é cópia das verdadeiras *idéias* por nós contempladas

2 Platão, op. cit., Livro X, 2000, pp. 434-468.

naquele mundo ideal, na outra vida que foi esquecida ao passar por aquele rio e beber a água do esquecimento. Se o que o artista produz é simulacro do simulado, só a filosofia pode nos conduzir ao conhecimento verdadeiro.

Platão recusa a poesia, sem dela se afastar, condena a alegoria sem retirá-la de seus escritos. E falando mal de uma certa poesia, é responsável pela mais bela prosa poética que sem dúvida a antiguidade produziu. E no interior dessa prosa poética, com todo o direito que a qualidade e o talento de poeta lhe dão, ele condena as outras formas poéticas ilusionistas, sofisticadas que, longe de se aproximar, afastam o real em uma simples simulação (Pessanha, 1997). O filósofo não rejeita a poesia, enquanto tal, mas a poesia imitativa, sofisticada, ilusionista. Entretanto, ao tempo em que recusa o teatro das paixões e a poesia, faz altíssima poesia. Em um fragmento, talvez um dos mais belos da língua grega, Platão deixa ver sua arte de escritor e de poeta, ironicamente utilizada para condenar um certo tipo de poesia:

Eles (os poetas) têm apenas a sedução, a encantação de um rosto enquanto jovem, no frescor da juventude, mas perdendo esse frescor, esse rosto evidentemente vai perder toda a sua beleza e toda a sua encantação. (Pessanha, 1997, p. 16)

Incluem-se, no final do *Fedro*, as acusações feitas por Platão (2000) à escrita. Considerado um de seus mais belos diálogos, nele o filósofo se esmera, especialmente na composição literária. Fedro, o jovem e belo personagem que dialoga com Sócrates, é por ele levado para fora da cidade até as margens do Rio Ilisso. Descalço, o mestre segue um caminho cuja paisagem é descrita em detalhes. O lugar buscado por Sócrates e pelo belo Fedro é mostrado de maneira contagiante em suas luzes, ritmos e perfumes. A natureza esfuzia-se. Fedro pergunta ao seu interlocutor se, de fato, considerava ser ali o lugar que, segundo o *mytho*, *Boreas* raptara a bela *Oritia*. Sócrates responde que, mesmo desacreditando, nem por isso duvidaria de seu significado, mas não via qualquer razão ou interesse em dedicar-se à frivolidade de tais interpretações. Não tinha tempo para se deter em tais ócios.

É, portanto, de se estranhar que, exatamente no final desse diálogo, em que a escrita se figura em beleza literária, Platão teça suas restrições à escrita. No episódio, o deus *Thoth* apresenta ao rei do Egito a escrita, uma de suas invenções, como a arte que tornaria os egípcios mais sábios e os ajudaria a fortalecer a memória. Em argumento, o rei pondera com o deus, que uma coisa

é inventar uma arte, outra é julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão. Fascinado por seu próprio invento, faltava a Thoth critérios mais firmes para julgar a escrita, continua o rei. E muito ao contrário do que esperava, a escrita tornaria os homens mais esquecidos, uma vez que com a arte de escrever deixariam de usar a memória.

Em outro momento do diálogo, Sócrates continua a mostrar as desvantagens da arte de Thoth: o maior inconveniente da escrita seria o mesmo da pintura. Ainda que as imagens pintadas tenham atitudes de seres vivos, se alguém as interrogar, manter-se-ão silenciosas, o mesmo acontecendo com os discursos. Falam das coisas reais, mas, se alguém os interroga para obter um esclarecimento, limitam-se a repetir o que já fora dito. Além disso, uma vez escrito, um discurso chega a toda parte, tanto aos que o entendem como aos que não podem compreendê-lo e, assim, nunca se chega a saber a quem serve e a quem não serve.

Entretanto, ao longo do diálogo, subjacente às argumentações de Sócrates, especialmente quando se trata do *Discurso de Lísias* e no *Diálogo sobre a Retórica*, aflora-se no texto uma crítica severa à retórica e aos sofistas. Segundo estudiosos, haveria até mesmo uma intenção de Platão de sujeitar Lísias – mestre de retórica e redator de discursos – ao ridículo, por seu mau comportamento com Sócrates em outras situações.

Na interpretação de Donaldo Schüler (1998), para Platão o discurso das Musas é o discurso dos sofistas. Ao expulsar os poetas e afrontar os sofistas, recusa o enunciador autoritário, singular, para instituir em seu lugar o diálogo e suas muitas faces. Ao mudar em cada um dos diálogos, Sócrates não é um só, mas assume a voz de muitos: o *Sócrates matemático*, o *Sócrates místico*, o *Sócrates irônico*, o *Sócrates político*, o *Sócrates lírico*. Platão derruba as musas do lugar de eminência, distribuindo o discurso entre diferentes interlocutores. Em lugar do discurso autoritário de um, instaura a fala plural de muitos enunciadores. No lugar dos deuses, a razão humana.

Platão escreve os diálogos entre os séculos V e IV antes de Cristo com objetivos precisos que devem ser entendidos numa escala de valores que dizem os ideais de uma paidéia distante de qualquer tirania. Entretanto, ao longo da história, a autonomia do autor e do leitor pode prevalecer, sob a vigília de governos e instituições que tentam proscrever de seus domínios livros e textos, autores e leitores. Em nome de idéias e crenças, podem se ocultar o arbítrio, a iniquidade e a barbárie, revertidos em privilégio de alguns. Foi assim nas con-

quistas de países e continentes, na Inquisição, nos países escravocratas, na França do século dezanove, nas ditaduras latino-americanas, só para lembrar algumas dessas proibições que podem resultar na morte de autores e de leitores.

E não só no mundo dos homens, mas também sob o impacto da ordem divina, a palavra foi cerceada aos que tentaram chegar até o céu. O Senhor, para garantir o seu poder, retirou dos homens a linguagem que lhes era comum, impedindo que continuassem a se comunicar entre eles. Confundiou a sua língua, como está escrito no Capítulo II de Gênesis:

Ora na terra não havia senão uma linguagem e um mesmo modo de fallar. E os homens tendo partido do oriente, acharam um campo na terra de Sennaar, e habitaram n'elle. E disseram entre si: Vinde, façamos para nós uma cidade, e uma torre, cujo cume chegue até ao céu e façamos celebre o nosso nome, antes que nos espalhemos por toda a terra. O Senhor porém desceu, para ver a cidade, e a torre que os filhos de Adão edificaram e disse: Eis aqui um só povo e uma só linguagem de todos; e pois que elles começaram esta obra, não desistirão do seu intento, menos que o não tenham de todo executado. Vinde pois, desçamos, e confundamos de tal sorte a sua linguagem, que não ouça cada um a voz do que lhe está próximo. E por isso lhe foi posto o nome de Babel, porque n'ella succedeu a confusão da linguagem de toda a terra. E d'álli os espalhou o Senhor por todas as regiões. (Bíblia Sagrada, 1931)

É ainda em nome de Deus que Domênico Scandella, condenado pela Inquisição, enfrenta as agruras relatadas por Carlo Ginzburg (2000), em seu livro *O queijo e os vermes*. Domênico nasceu em 1532, em uma pequena aldeia italiana, e era conhecido por Menocchio, o moleiro. O grande mal que cometera foi o de fazer uma leitura dos textos sagrados que não era a autorizada pela Igreja. Na primeira declaração do processo, ele atribuiu suas opiniões contra a hierarquia da igreja e contra os dogmas a uma inspiração diabólica, para em outro momento afirmar que “as minhas opiniões saíram de minha própria cabeça”.

Junto às suas idéias estavam os livros. Ao questionar, por exemplo, a virgindade de N. Sra., disse: “Li isso num livro que se chamava *Il fioretto della Bíblia*”. Mais de uma vez indicou esse ou aquele livro como fonte de suas opiniões, e indicou pelo menos onze livros nos interrogatórios, entre eles o *Decameron* de Boccaccio e talvez o *Alcorão*. Dois ou três dos livros, ele disse ter comprado, e os outros, mais da metade, foram emprestados – corriam de mão em mão em uma larga rede de circulação que envolvia padres e até mesmo mulheres. Havia,

entre os livros que lera, ao lado da Escritura, livros de piedade, reelaboraões da Escritura em verso e prosa, vidas de santos, um almanaque, um poema semi-satírico, um livro de viagens, uma crônica, uma antologia de contos. Todos em língua vulgar, escritos dois ou três séculos antes, muito difundidos e consumidos por pessoas de várias classes sociais.

As formas de pensar de Menocchio eram, no entanto, solidárias dos dizeres contidos em livros e de sua maneira de ler. Segundo Ginzburg, o moleiro interpunha entre ele e a página impressa um filtro que fazia dar maior significado a determinadas passagens, enquanto ocultava outras ou exagerava o significado de uma palavra, tirando-a do contexto. A chave de sua leitura estaria embasada em uma cultura oral que o levava a interpretar, e mesmo a deformar, o que lia. Foi o choque entre a cultura oral e o livro que o levou a formular para si mesmo, depois para seus concidadãos e, por fim, aos juizes, as opiniões que saíram de sua cabeça.

Com sua leitura parcial, Menocchio confirmava as próprias idéias e opiniões que já tinha estabelecido. Apesar de perceber o papel que cumpria a igreja em sua época, as injustiças e explorações cometidas contra, por exemplo, aqueles que não possuíam terra, não parecia haver, por parte do moleiro, uma intenção explícita de enganar ou de burlar princípios religiosos. Questionava, ao que indica, os usos que a igreja fazia desses princípios. Era não só um leitor, mas também um crítico. E no posfácio de *O queijo e os vermes* (Ginzburg, 2000), Renato Janine Ribeiro considera Menocchio um herói ou mártir da palavra. Diz que ele lê, lê muito, mas sobretudo pensa:

Muitos pensadores conhecidos sofreram por suas idéias, mas talvez Menocchio tenha sofrido mais: não só a repressão oficial mas antes dela, já a solidão. Não ter com quem dividir a dúvida: "Falaria tanto que iria surpreender, se pudesse falar diante do Papa, de um rei, de um príncipe que me ouvisse, diria muitas coisas e, se depois me matassem, não me incomodaria". O importante não é o que leu, mas como leu – estranha maneira de adulterar e alterar o que lê, de recriar (...) Nem toda confissão é uma vitória da tortura; porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada.

Menocchio, como foi visto pelos inquisidores, assemelha-se a uma imagem de leitor criada na metáfora de Michel de Certeau (1994, p. 269), segundo a qual o leitor é um caçador ilegal: "Longe de serem escritores, os leitores são

viajantes. Rastejam pela propriedade de outrem, caçando por conta própria em campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los". A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo, pelo estabelecimento de um lugar e expande a sua produção pela reprodução. Por outro lado, a leitura não se protege contra o tempo, não conserva o seu espaço e cada um dos lugares por onde passa é repetição do paraíso perdido.

Com os séculos, os ditadores, não importa a sua origem, compreenderam a força da palavra como ameaça aos seus desígnios e à permanência de suas regalias, e souberam que era muito mais fácil dominar uma multidão de analfabetos, do que de leitores. Entenderam ainda a importância de se tirar de circulação a palavra de liberdade, principalmente a palavra escrita, que poderia interferir em seus preceitos. Por isso, a palavra, o livro, as bibliotecas representam a maldição das ditaduras e da barbárie: "A história da leitura está iluminada por um fileira interminável de fogueiras, de censores, desde os primeiros rolos de papiro, ao livro de nossa época", como escreve Alberto Manguel (1998, p. 315).

Segundo esse mesmo autor, em 411 a.C., as obras de Protágoras foram queimadas em Atenas, e em 168 a.C. a biblioteca de Jerusalém foi voluntariamente destruída durante o levante dos macabeus. Seguindo no tempo, Calígula mandou queimar os livros de Homero, Virgílio e Lívio, e, em 1559, a Sagrada Congregação da Inquisição Romana publicara o primeiro índice dos livros proibidos, que só foi abandonado em 1966. Na Berlim de Hitler, diante das câmeras, o nazismo usou de forma espetacular o cinema como mecanismo de divulgação e propaganda de suas nefastas idéias: o ministro da propaganda mandou queimar vinte mil livros em um espetáculo de representação da barbárie para uma multidão de cem mil pessoas.

À semelhança de Menocchio, o padre argentino Orlando Virgílio Yorio foi preso, em 1976, pelos subordinados de Videla e ouviu de seu interrogador, em tom de ameaça:

Você interpreta a doutrina de Cristo de uma forma literal demais. Cristo falou dos pobres, mas quando falou dos pobres referia-se aos pobres de espírito, e você interpretou no sentido literal e foi viver literalmente com gente pobre. Na Argentina, os pobres de espírito são os ricos, e no futuro você deve passar mais tempo ajudando os ricos, que são eles que, realmente, precisam de ajuda espiritual. (Manguel, 1998, p. 322)

Na ameaça feita ao padre Yorio, o inquisidor de Videla se apropria dos recursos da própria língua para dar sentido à vileza de sua farsa. Com a força do instinto de que está possuído, infiltra-se pelos desvãos da linguagem e se arrasta, caricaturalmente, por uma das singularidades da língua a que se refere Roland Barthes (1989, p. 17): “É no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro”.

Na ditadura de Pinochet, no Chile, a junta militar banuiu o Dom Quixote.

Mas não precisamos ultrapassar fronteiras para falarmos de censura e de ditadores, quando aqui mesmo, no Brasil, ainda estão vivas as marcas da repressão à palavra e a censura às mais diferentes produções artísticas, durante o período da ditadura militar que se inicia em 1964. Se nos jornais da época sobrava espaço para receitas culinárias e outras trivialidades que substituíam as notícias, as reportagens e os artigos proibidos por censores na última hora, livros foram banidos, músicas censuradas, eventos científicos e artísticos interrompidos. Tudo isso sem falar no que foi feito ao próprio homem, ao seu corpo, à sua voz...

Mas foi bem antes da ditadura militar de 1964, na ditadura de Getúlio Vargas, que a censura de um livro dirigido às crianças chama a atenção, quando interditaram algumas obras infantis de Monteiro Lobato. O texto proibido, certamente, conhecido de muitos brasileiros, já não tão crianças, foi *Peter Pan. A história do menino que não queria crescer, contada por Dona Benta*, então “caçada” pelo procurador Dr. Clovil Kruehl de Moraes. De verdade, a perseguição dirigia-se ao próprio Lobato, quando exemplares do clássico infantil, editados em uma releitura, foram apreendidos e condenados à destruição (Carneiro, 2002)³.

O ato de queimar livros é chocante e perturbador para uma sociedade letrada. Eventos recentes como a destruição da Biblioteca Nacional de Sarajevo em 1992, ou o ataque aos versos satânicos de Salman Rushdie na Inglaterra em 1989, chamam a nossa atenção para a queima de livros como um fenômeno de apagamento cultural. O artigo de Francisco Gimeno Blay (1999) “Queimar livros – que prazer estranho” define características essenciais para a queima de livros. Queimar livros como ato público pode significar a tentativa de se extinguir uma memória histórica e reescrever o passado; como uma operação de higiene social, planejada para exterminar focos de infecção intelectual; e pode

3 Da mesma autora, ver: *Livros proibidos, idéias malditas* (São Paulo, Ateliê, 2002).

corresponder ainda a um ataque pessoal ao autor, como uma premonição de sua própria destruição.

Enquanto a escrita for uma arma na luta para redefinir realidades sociais, a destruição periódica da literatura é inevitável. Entre 1817 e 1828, podem ser registrados pelo menos doze episódios de queima de livros como um ataque generalizado da igreja aos variados gêneros de literatura em um período de quinze anos. As queimas foram inspiradas em uma tentativa de apagar uma poderosa memória histórica, a da Revolução Francesa, como um dos objetivos de reintegração espiritual em uma França pós-revolucionária submetida às garras do ateísmo e da descrença (Lyons & Leahy, 1999).

O esforço de reconquista da fé assumiria o caráter de uma revolução cultural, ao instilar a culpa coletiva e identificar bodes expiatórios individuais, insistindo em obediência uniforme, expressa por meio de rituais públicos cuidadosamente elaborados: acendimentos de fogueiras, queima a vestes, atos de fé. Voltaire e Rousseau eram os dois escritores amaldiçoados com mais frequência pela cultura da Restauração.

Ainda sem a clara explicitação de destruir uma cultura, estamos assistindo agora, em pleno século XXI, à destruição da Biblioteca e do Museu de Bagdad, depositários de, pelo menos, quatro séculos de História. Imaginando, pergunto-me: por que motivos se interessaria o conquistador em preservar os exemplares já desgastados de escrita cuneiforme, a cópia de um escriba anônimo ou um exemplar especial do Corão, se tais objetos nada produzem em termos de riqueza material, palpável?

Paralelamente à proibição institucional, que tem claramente o caráter de manter o *status quo* para o privilégio de determinados grupos e idéias, outros esquemas de cerceamento da leitura e da escrita se observam. Além da obrigatoriedade de livros considerados exemplares a determinados grupos sociais, etários ou étnicos, outros mecanismos existem para impedir o acesso ao texto escrito. Sem pretender entrar no tema ou discutir fatores responsáveis por sua produção, faz-se importante lembrar o problema do analfabetismo, como uma das formas de cerceamento. Sob uma aparência branda, o analfabetismo impede o homem em suas possibilidades e o limita a uma vivência injusta e marginal. Desqualifica-o e faz dele um cidadão de segunda ordem, para não dizer que o transforma, em muitos casos, em um pária social.

Mas é na própria escola, instituição cuja função precípua deveria ser a de ensinar a leitura e a escrita, que proliferam diferentes mecanismos de afastamento

do texto escrito. Nesse sentido, abro um parêntese para o relato pessoal de um fato ocorrido em uma escola pública paulistana em 1992. Viva ilustração de como vêm sendo tratadas a leitura e a escrita de determinadas crianças, e o uso dado a mecanismos de avaliação que, estreita e enviesadamente, pretendem enquadrar os alunos em fases e níveis cognitivos, relacionados à leitura/escrita.

Em uma classe de segunda série, foram separados os alunos multi-repetentes, entre 10 e 14 anos de idade. “Crianças irrecuperáveis”, como eram conhecidas. À escola não ocorrera ainda avaliar o seu próprio papel nas experiências e no comportamento do grupo. Quando insisti para incluir a classe no trabalho que eu realizava, as palavras de desincentivo que ouvi pareciam ter também um toque de desafio. “Ninguém proibia que se tentasse”.

Uma vez na sala de aula surpreendeu-me a desorganização da classe. Depois de muito custo, de experimentar falar e ouvir, consegui que os alunos aceitassem, alguns ainda que relutantes, uma proposta de trabalho. Acomodaram-se razoavelmente e muitos pareciam atentos, não obstante a provocação de colegas dispostos em retornar à desordem. No fundo da classe, um aluno de uns onze anos seguia o movimento. Olhava apenas. À solicitação de que iniciasse o trabalho, respondeu-me:

*Tia, eu não sei escrever. Como que eu posso escrever, tia? Eu sou pré-silábico...⁴
Verdade tia, ele é pré-silábico. Ele e mais ele e mais ele...*

A classe apoiou a informação do colega, indicando outros que pertenciam à mesma categoria. Tudo tão rápido, tão inesperado. Uma cena daquelas que sufocam o espanto e o meio riso iniciais, para ceder lugar à inquietação e a tantas outras emoções contraditórias. Acalmados os ânimos, vêm as questões. O que significaria para aquele menino e para seus colegas ser *pré-silábico*? Um *Terteão* como o que enredara a personagem, ou o próprio escritor Graciliano Ramos, no texto “Leitura”, publicado em seu livro *Infância* (1953)? Um gesto esperto da criança na tentativa de envolver o adulto na farsa que o próprio

4 A expressão *pré-silábico* é utilizada por Emilia Ferreiro em pesquisa realizada sobre as hipóteses infantis a respeito da escrita. As idéias da autora nem sempre são bem compreendidas, sendo indevidamente utilizadas em diferentes situações escolares. Em tais situações, os dados da pesquisa de Ferreiro, longe de atender os propósitos de auxiliar a aprendizagem, apenas discriminam ou rotulam aqueles alunos que, segundo alguns, têm dificuldade para aprender a ler e a escrever.

adulto forjara? Um acomodar-se do aluno, que passa a assumir como suas limitações e dificuldades criadas pela baixa expectativa e até mesmo pelos preconceitos de um ou outro professor?

Para muitos, o menino era mais um desordeiro falador que não aprendia a ler e a escrever. “Fala pouco e bem. Ter-te-ão por alguém...”, Graciliano engasgou letras, gaguejou sílabas, amargou conselhos, mas nunca foi enquadrado na categoria de pré-silábico! (Dietzsch, 1996).

É, sem dúvida, o medo da palavra, principalmente da palavra poética, em sua força, que leva tiranos e instituições à pretensão de silenciá-la. A história humana, como vimos discutindo, é pródiga em exemplos desse medo que tenta acobertar-se sob diferentes marcas. Desde aquelas deixadas pelas letras de uma assinatura, pelas cinzas de fogueiras e até pela morte de leitores, poetas, escritores, e de outros artesãos de diferentes artes. Desde Menochio e Veronese, condenados pela Inquisição, até a censura em 1999 exercida pelo prefeito Giuliani à tela *Santa Virgem Maria*, de Chris Ofili, para o Museu do Brooklin, em Nova York, a caneta, a fogueira e as prisões foram alguns dos antídotos empregados por tiranos para mitigar o seu medo.

O leitor é, freqüentemente, confrontado por um conjunto de constrangimentos e regras advindas não apenas do censor, mas também de profissionais ligados à leitura e ao livro no intuito de controlar a produção do sentido. Participam desse desejo o autor, o livreiro-editor, o crítico. Dão a idéia de que os textos escritos, publicados, recomendados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem variações, ao modo de sua vontade prescritiva. Neste sentido, fogem ao conhecimento de que a leitura é, por definição, rebelde e vadia, como revelam os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas e subverter as medidas impostas.

Esses gestos mostram a amplitude do que podem ser considerados os perigos da leitura e a extensão dos domínios por onde transitam os leitores. Para Roland Barthes (1987, pp. 31-8), no campo da leitura não existe pertinência de objetos e o verbo ler, aparentemente muito mais transitivo do que o verbo falar, pode ser saturado, catalisado por mil complementos diretos: lêem-se textos, imagens, cidades, rostos, gestos, cenas, etc. Objetos tão variados que não se pode categorizá-los, seja numa perspectiva substancial ou formal. Somente ao leitor, à sua intenção de leitura, talvez coubesse a possibilidade de propor uma unidade aos *objetos lidos*.

Além disso, é possível perguntar se não estariam também na intenção do leitor os objetivos propostos pela leitura quando, para além da escrita, ela assume as múltiplas linguagens pelas quais a realidade é representada. Ou seja, estaria no leitor e em suas leituras o propósito de se ampliar a letra para mostrar o mundo em diversos códigos, tecidos numa visão pluralística e multifacetada.

Se na crença objetiva da ciência apoia-se o seu desafio, na subjetividade do leitor residem astúcias e táticas que lhe permitem ir além do que é mostrado para ser visto. Assim, não importa que se trate de um jornal ou de Proust, o texto não tem significado a não ser através de seus leitores. Todavia, por mais subjetiva que seja a leitura, ela é constituída a partir de certas regras que vêm de uma lógica milenar da narrativa, de uma forma simbólica que nos constitui mesmo antes do nascimento. Numa palavra, desse imenso espaço cultural de que a nossa pessoa (de autor, de leitor) não é senão uma passagem, afirma Barthes (1987, pp. 27-31).

O cultural está entranhado mesmo no que acreditamos pertencer a uma singularidade extrema: uma vez que nossa história pessoal pertence, em boa parte, a uma narração cultural (Cavallo e Chartier, 1998, pp. 1-36). Neste lugar coletivo, sustentado pela força de muitas histórias, inscreve-se uma palavra que não obstante cerceada por um *ato* de ontem, ou de hoje, encontrará de volta o seu caminho através da História. História que se enraíza nos cacos esquecidos, mas que podem ser de novo emendados com os fios da escrita.

Resumo

Ao longo de sua história, o homem vem fazendo da narrativa uma forma de resistência aos diferentes mecanismos de interdição que tentam apagar sua memória e impedir sua liberdade de pensar e de expressão. Entretanto, se a palavra é parte da natureza humana, constituindo-se em um de seus instrumentos de luta, a história da leitura e da escrita registra uma fileira de mortes, de fogueiras e de censores que, desde os primeiros rolos de papiros, ao livro de nossa época, buscam silenciar o homem, tirando de circulação a sua palavra. Foi assim com a biblioteca de Jerusalém destruída em 168 AC; com as condenações na Santa Inquisição; com as censuras e mortes que avassalaram os governos militares no Brasil, na Argentina de Videla, no Chile de Pinochet. Lembremos ainda que fenômenos como o analfabetismo ou a reprovação escolar são também outras formas “suaves” de cerceamento da palavra.

Palavras-chave: escrita; memória; tirania; história.

Abstract

Throughout history, man has used narrative as a form of resistance to interdiction that erases memory and impedes freedom of thought and expression. However, if words are part of man's nature and can be used as a protection, the history of reading and writing, from the papyrus to the book of modern times, has registered deaths, censorship and destruction, which have tried to silence man by taking away his words. Examples are the Jerusalem library, destroyed in 168 BC, the Spanish Inquisition, and the censorship and violence that took place throughout the years of military dictatorship in Brazil, Argentina and Chile. Finally, we should not forget that other mechanisms, like illiteracy and sub-standard education are also 'gentler' forms of controlling, restricting the power of words.

Key-words: *writing; memory; tyranny; history.*

Resumen

En el transcurso de la historia el hombre ha hecho de la narración una forma de resistencia contra los diferentes mecanismos de interdicción que intentan borrar su memoria e impedir su libertad de pensamiento y de expresión. Sin embargo, si bien la palabra es parte de la naturaleza humana y constituye uno de sus instrumentos de lucha, la historia de la lectura y de la escritura registra una procesión de muertes, de hogueras y de censores que, desde los primeros rollos de papiro hasta el libro de nuestra época han procurado silenciar al ser humano, sacando de circulación su palabra. Así fue con la biblioteca de Jerusalén destruida en 168 a.C., con las condenaciones de la Santa Inquisición y con las censuras y las muertes avasalladoras de los gobiernos militares en Brasil, en la Argentina de Videla y en el Chile de Pinochet. Recordemos también que fenómenos tales como el analfabetismo o la reprobación escolar son también otras formas "suaves" de supresión de la palabra.

Palabras claves: *escritura; memoria; tiranía; historia.*

Referências

- Benjamin, W. (1985). *Obras Escolhidas: Magia e técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Bíblia Sagrada. (1931). *Velho e Novo Testamento*. Traduzida em Portuguez segundo a Vulgata Latina pelo Padre Antonio Ferreira de Figueiredo. Lisboa, Depósito das Escripturas Sagradas.

- Barthes, R. (1989). *Aula*. São Paulo, Cultrix.
- _____. (1987). *O rumor da língua*. Lisboa, Ed. 70.
- Borges, J. L. (2000). *Obras completas*. Vol. II. São Paulo, Globo.
- Carneiro, M. L. T. (org.) (2002). *Minorias silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes.
- Cavallo, G. e Chartier, R. (1998). *História da leitura no mundo ocidental*. Vol. I. São Paulo, Ática.
- Dietzsch, M. J. (1996). Além das páginas do livro didático. *Em Aberto*, nº 69, Brasília-MEC, ano 16, jan/mar.
- _____. (2003). *Era uma vez a palavra*. São Paulo, USP, Faculdade de Educação. Tese de Livre Docência.
- Ginzburg, C. (2000). *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Lajolo, M. (1997). "Sociedade e literatura: parceria sedutora e problemática". In: *Sociedade e Linguagem*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Lyons, M. e Leahy, C. (1999). *A palavra impressa. Histórias da leitura no século XIX*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.
- Manguel, A. (1998). *Uma história da leitura*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Pessanha, J. A. M. (1997). *Platão – O Teatro das Idéias. Transcrição de palestra proferida na PUC-Rio em 1991*. In: Franco, I. F. (org.). *O que nos faz pensar. Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC- Rio*.
- Platão. (2000). *A República – Livro III (ou: sobre a Justiça. Gênero Político)*. Trad. (direta do grego) de Carlos Alberto Nunes. Belém, Ed. da UFPA.
- _____. (2001). *Fedro ou da Beleza*. Tradução e notas de Carlos Alberto Nunes. Belém, Ed. da UFPA.
- Ramos, G. (1953). "Leitura". In: *Infância. Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Schuler, D. (1998). Mythos e Logos nos Diálogos Platônicos. *Letras Clássicas*, nº 2. São Paulo, Humanitas.

Mary Julia Martins Dietzsch
Professora doutora da USP
E-mail: mdietzsc@usp.br